



ficção do relato jornalístico ¹

Daisi I. Vogel ²

Resumo: Se reconhecido o papel central da memória e da imaginação na disposição textual inteligível dos signos, e se considerada a ficção como possível atributo intrínseco aos relatos, revitaliza-se o significado de algumas das atribuições básicas da narrativa jornalística, como a interpretação, a ordenação e a constituição de subjetividades e coletividades. Escrever a reportagem, ou escrever a notícia, é, nesse caso, sempre experimentar a linguagem e a tradição literária. O modo de apreensão do tempo no discurso jornalístico se mostra, nessa perspectiva, um lugar estratégico para acionar os recursos da ficção.

Palavras-chave: Narrativa jornalística, discurso, temporalidade.

Abstract: *By recognizing the central role of memory and imagination in the intelligible textual disposition of signs, and considering fiction as a possible intrinsic attribute of stories, the meanings of some of the basic attributions of journalistic narrative are revitalized, such as interpretation, categorization and the constitution of subjectivities and collectivities. To write a news or feature article, is thus to experiment with language and literary tradition. From this perspective, the form of capturing time in journalistic discourse reveals itself to be a strategic place to utilize the resources of fiction.*

Key words: Journalistic narrative, discourse, temporality.

¹ Trabalho apresentado no III Encontro da SBPJor - Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Florianópolis, novembro de 2005.

² Professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina e doutora em Literatura pela mesma universidade.

Roland Barthes observava, em seu já clássico estudo sobre a estrutura das narrativas, que "o que se passa' na narrativa não é do ponto de vista referencial (real), ao pé da letra: nada; 'o que acontece' é a linguagem tão-somente, a aventura da linguagem, cuja vinda não deixa nunca de ser festejada" (Barthes, 1971:58). Retomo essa sua constatação, que se tornou uma espécie de topos nos estudos sobre as formas dos relatos, por sua propriedade aos desenvolvimentos e variações, para articular dois eixos de reflexão sobre as narrativas jornalísticas: o primeiro, deriva da possibilidade de conceber a ficção como característica intrínseca de todos relatos,

compreendidos como uma determinada disposição da linguagem que "atua" e talvez jogue, porque tem folgas; o segundo, considera a experimentação radical implicada no contar/escrever/ler/ouvir histórias, quando tomadas como potência formadora de sentido e modelo para a inteligibilidade.

As implicações dessa dupla visada possuem longa tradição de debate nos estudos da literatura e têm maturidade, também, entre os filósofos da história. Por extensão e compatibilidade, causa efeito também no jornalismo, um campo em que, no entanto, não só a idéia de ficção que parece por princípio ferir o estatuto de veracidade, mas também a hipótese da experimentação narrativa pode causar embaraço. Tentarei, na seqüência, organizar algumas contribuições em torno da idéia de ficção como característica intrínseca dos relatos, seja qual for a sua natureza, fatural ou imaginativa, e situar essa característica como um modo de distanciamento interpretativo, reconhecendo o papel organizador que a imaginação desempenha sobre as significações. Ao final dessa trajetória incluo uma reflexão, mais sugestiva que analítica, sobre a forma de apreensão do tempo nos relatos jornalísticos, considerada como um dos seus aspectos organizacionais determinantes.

A definição mais difundida de narrativa é a da exposição verbal de uma seqüência de eventos ou fatos cuja disposição no tempo implica conexão causal e finalidade (Brogan, 1993: 814). Essa conceituação, de maneira isolada, descreve a narrativa como forma pronta e evidente - coisa que ela decerto não é. Estudos como o de Walter Benjamin (1993) e Gérard Genette (1971) indicam que a forma peculiar da narrativa tradicional, caracterizada por um certo número de restrições (tempos verbais no passado, relato em terceira pessoa etc), existe cada vez menos; cada vez mais, percebeu-se que muitos relatos incorporam e ao mesmo extrapolam a narrativa clássica em seu rigor formal, e que ela se inscreve nos diversos discursos sem fronteiras genéricas claras.

No campo restrito dos relatos jornalísticos, não raro o texto da reportagem é caracterizado como narrativo, mas a narrativa também se infiltra, com freqüência díspar, em outras variedades do texto jornalístico, seja no sumamente informativo (com seu perfil de relato expositivo), seja na crônica, no ensaio e no artigo de opinião. Se tomados em sua sucessão temporal, de edição a edição, mesmo os relatos mais expositivos tendem a construir uma narrativa **3**. Dulcília Buitoni considera, inclusive, que a "forma narrativa de se relatar um fato é a matriz primordial do texto jornalístico moderno" (Buitoni, 2000: 63). E, se tomadas como pressupostas as regras mais nucleares do gênero do discurso jornalístico, que aqui não se colocam em xeque, as narrativas do jornalismo se distinguem nitidamente de outras formas narrativas por uma única e definitiva atribuição, que é eticamente pautada: elas necessariamente devem se guiar por um contrato tácito de pertinência e veracidade, preestabelecido entre jornalista e receptor.

Costumou-se abordar as narrativas a partir de uma distinção entre as narrativas fatuais e as ficcionais, conforme sua concretude histórica ou inventividade, respectivamente (Brogan, *ibidem*). A narrativa jornalística e a historiografia se incluíam no primeiro grupo; enquanto a literatura encontraria, no segundo, a sua soberania estética. Da mesma maneira, sedimentou-se a idéia de identificar a liberdade imaginativa dos relatos literários com a ficção. Mas, quanto mais se desgastaram as fronteiras formais dos gêneros, mais se complicaram as fronteiras dos discursos, e também se tornou problemática a distinção ordinária entre narrativa fatural e ficcional, como se anteviu com a reflexão de Barthes. Um problema que principia (1) já na simples definição positiva da narrativa, em que a referência a uma exposição verbal indica com clareza que a narrativa não é a seqüência de eventos narrados: ela, em si mesma, não é a história contada, mas texto ou discurso. Desse modo, seja ou não verídica a história, seu relato obedece à verdade inteligível do discurso. E que continua (2) na percepção de uma possível polissemia na palavra "ficção".

3 Observe-se, por exemplo, a cobertura política em edições seqüenciadas, que organizam um relato que o mesmo Roland Barthes, em seu ensaio sobre o *fait divers* (1977), associou ao romance - que é narrativo por excelência.

Aqui, na tentativa de iniciar uma verificação dos reflexos dessa problemática na dinâmica própria da narrativa tal como aparece nos relatos jornalísticos, retomo algumas contribuições de pensadores que, por diferentes vieses, abordaram a narrativa percebendo nela sua estrutura ficcional. A partir dessas contribuições, procurarei inicialmente perceber a narrativa jornalística naquilo que a assemelha, em suas estratégias textuais, à narrativa literária e ao relato histórico, para depois comentar certas implicações dessa similaridade.

Ao introduzir uma leitura aos escritos de Julio Verne, Michel Foucault sugeriu a existência de dois elementos básicos de composição presentes em todos os tipos de relatos: a fábula e a ficção (Foucault, 1996: 213). A fábula é tudo que é contado; a ficção, os diversos regimes através dos quais o relato se organiza. A fábula, diz Foucault, se faz de elementos situados numa certa ordem. Já a ficção é a trama das relações estabelecidas, por meio do próprio discurso, entre quem fala e aquilo de que fala. A ficção é, por isso, conclui ele, um "aspecto" da fábula:

La obra se define menos por los elementos de la fábula o su ordenación que por los modos de la ficción, indicados de soslayo por el propio enunciado de la fábula. La fábula de un relato se aloja en el interior de las posibilidades míticas de la cultura; su escritura se aloja en el interior de las posibilidades de la lengua; su ficción, en el interior de las posibilidades del acto de habla (ibidem: 213-214.)

Desde logo, Foucault conceitua a ficção atribuindo-lhe um papel definidor de significados e apontando para a proeminência das estratégias de relato. Depois, inscreve a fábula nos limites das concepções pré-estruturadas da cultura, indicando a tendência de existirem classificações-padrão do mundo social, cultural e político, que constituiriam uma certa ordem cultural. Finalmente, situa a ficção no interior das possibilidades dos atos de fala, destacando o caráter performativo do relato, de forma que seu conteúdo estaria no próprio ato de ser escrito ou proferido - e seria esse ato mesmo de linguagem, afinal, que se apresentaria como urdidor da ficção. Ou seja: Foucault compreende a narrativa esgarçando os limites entre a própria narrativa e o discurso de quem a profere.

Sua perspectiva problematiza uma vez mais a reflexão sobre a narrativa em geral e, por extensão, permite pensar sobre os relatos jornalísticos em seu formato específico. Sob o prisma de sua análise emergem, pode-se dizer, alguns elementos característicos da dinâmica dos relatos jornalísticos, tais como: (1) a sua natureza imanente de discurso (e a conseqüente relação metafísica entre enunciados e mundo), (2) a sua inscrição nas possibilidades míticas da cultura e na reprodução de estruturas inteligíveis, e, desse modo, (3) a sua imbricação na aventura de experimentação da linguagem e na constituição discursiva do sujeito e da coletividade.

Por outro viés, a dos relatos no campo da história, também Hayden White tomou a ficção como estratégia essencial das narrativas, e o fez com uma terminologia que soa curiosamente familiar para o jornalismo, quando se refere às "ficções da representação factual" (White, 2001: 137). White logo esclarece que não se trata de discutir ou sequer questionar a diferença de estatuto entre eventos históricos e eventos ficcionais, os primeiros como referência àqueles eventos que são ou foram observados e verificáveis na realidade empírica; os segundos, como eventos forjados pela invenção. O que busca demonstrar é que, concretamente, os recursos técnicos de composição a que se pode recorrer são os mesmos, seja qual for a natureza do evento que se busque relatar. Ele afirma que

[...] nenhum conjunto dado de acontecimentos históricos casualmente registrados pode por si constituir uma estória; o máximo que pode oferecer ao historiador são os *elementos* de estória. Os acontecimentos são *convertidos* em estória pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, estratégias descritivas alternativas e assim por diante - em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontrar na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça. (Ibidem: 100, grifos do autor.)

Não se trata, pois, de confundir ficção com falsidade ou mentira, mas de perceber que todo relato, mesmo o que se ampara estritamente na fidelidade histórica e no trabalho de checar, não prescinde de estratégias que são, afinal, estratégias da ficção. Nesse aspecto, a narrativa histórica guarda íntima semelhança com a narrativa jornalística: ambas possuem compromisso tácito com a veracidade no seu trato com os eventos do mundo empírico, e é essencialmente nisso que se distinguem das narrativas literárias, com as quais compartilham, de resto, a recorrência à ficção para urdir seus relatos. Ou seja, há um parentesco também essencial entre a narrativa jornalística e a narrativa literária, na medida em que todo relato jornalístico, mesmo o mais fatural, organiza suas temporalidades, seus personagens e suas causalidades lançando mão dos mesmos recursos de que dispõem as narrativas da imaginação.

É pertinente reforçar que o fato de as narrativas disporem dos mesmos recursos não dilui a diferença socialmente convencionada para o jornalismo e a literatura, amparada na ambição do jornalismo de ser um discurso "fiel aos fatos", capaz de relatar e registrar "o realmente acontecido". Falsificadores de dados e eventos não podem, obviamente, explicar-se como jornalistas pela destreza com que manipulam seus relatos. O limite entre as modalidades narrativas é, por isso, um limite de ordem ética, que garante que haja, no jornalismo, uma separação fundamental entre o falso e o verdadeiro.

Seguindo as posições de White e de Foucault, percebe-se, porém, que a aceitação irrefutável desse limite não esgota a possibilidade, ao mesmo tempo incômoda e estimulante, de considerar as narrativas jornalísticas como ficções verbais. Suas formas são muito próximas às das narrativas literárias e seus conteúdos são, no final das contas, também em alguma escala, "inventados", além de sujeitos à verificação e reavaliação infinitas. Inventados porque dependem dos recursos da imaginação, que operam a memória, para recordar, reconhecer, relacionar e ordenar narrativamente os eventos apurados ou testemunhados. E quanto mais rica a memória e quanto mais cultivadas as faculdades da imaginação, maior a capacidade individual ou coletiva de estabelecer relações e organizar relatos.

Também nesse ponto, a narrativa jornalística parece compartilhar alguma especificidade com a narrativa histórica. Por mais que estejam comprometidas com a fidelidade à realidade concreta, as duas são interpretativas e nenhuma delas é passível de controles experimentais; ambas são suscetíveis à revisão, com o ingresso de novas informações, novas testemunhas. O que significa que, por esse aspecto, as narrativas históricas e as jornalísticas permanecem bem mais próximas da literatura do que da ciência.

O necessário enquadramento das narrativas nas possibilidades estruturais da cultura também é discutida por White, com uma contribuição decisiva para as questões éticas e estéticas implicadas numa maior compreensão das configurações ficcionais de toda narrativa. No ensaio "O texto histórico como artefato literário" (White, 2001: 97-116), ele demonstra que uma pré-configuração conceitual organiza nossas abordagens discursivas do mundo fatural. A seu ver, o que os historiadores trazem em seus registros históricos são tipos de configuração dos eventos reconhecíveis pelo público. Ou seja, as narrativas não apenas levam informações para o receptor, numa via de mão única; ao contrário: elas vêm carregadas em alguma "matriz" que, mesmo que em medidas diferentes, narrador e receptor compartilham. É possível identificar uma determinada situação ou narrativa como trágica ou cômica, exemplifica White, apenas quando elas apresentam referências de uma memória cultural comum. Desse modo, considera que as

histórias não podem ser lidas como signos inequívocos dos acontecimentos que relatam, "mas antes como estruturas simbólicas, metáforas de longo alcance, que 'comparam' os acontecimentos nelas expostos a alguma forma com que já estamos familiarizados em nossa cultura literária" (ibidem: 108).

O autor considera, ainda, que, seja o mundo concebido como real ou como imaginado, o modo pelo qual lhe damos sentido é, no frígido dos ovos, o mesmo: "só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*" (ibidem: 115, grifo do autor). De antemão, White permite perceber que, no texto jornalístico, assim como na historiografia, o afastamento ou a ignorância das origens de toda narrativa na imaginação literária, acompanhados pelo apego obsessivo à aparência do objetivo, comprometem a possibilidade de um trabalho ético e estético minimamente consciente de sua performance cultural. Faz notar que o jornalista, como narrador-urdidor de ficções que atribui significação aos eventos da história, não é um agente passivo, mas uma voz eticamente responsável, pois interpreta o mundo e lhe dá forma.

Escrever a reportagem, ou escrever a notícia, é, portanto, sempre experimentar a linguagem e a tradição literária. É sempre provocar a possibilidade de criar vínculos entre a história de que somos parte e agentes e as histórias que relatamos, dotados que somos de linguagem. Na medida em que se criam esses vínculos, escrever é também experimentar a intervenção do relato, como historicidade, no curso próprio da história. A força de uma tal intervenção estará menos na idéia ou na busca de uma certa natureza essencial do jornalismo, e mais provavelmente na própria capilaridade de uma prática concebida naquilo que ela visivelmente é: uma ação cultural iminentemente discursiva.

Delineia-se, aí, uma possível revisão de perspectivas. Porque, se se aceita a idéia de que todo discurso é propenso a escapar dos dados concretos da realidade, pois ele se volta para as estruturas de consciência de que dispomos para tentar dar conta desses dados, e que desse modo a interpretação se organiza sobre o desvio, definem-se alguns pontos de referência para pensar os relatos: para começar, o desafio de aceitar os discursos jornalísticos em sua materialidade própria, saber que não refletem o real, mas, sim, têm efeito de real, e que qualquer tipo de ordenação do discurso é uma operação lingüística, significativa de uma dada visão do mundo. A relação da consciência com o mundo permanece, nesse caso, cognoscível apenas como interpretação, o que exige uma atitude política reflexiva por parte de quem a descreve.

Um, entre os vários componentes do relato jornalístico cujo entendimento é afetado pelo reconhecimento do seu caráter intrinsecamente ficcional, é, por exemplo, o uso das citações, que se inscrevem no relato a partir de estratégias de recorte, introdução e desenvolvimento temático. Por isso, por mais "textuais" que se proponham a ser, elas são apenas tendencialmente miméticas, e concretamente narrativas, "ficcionalizadas". A posição do repórter/narrador é igualmente deslocada. A narrativa percebida como ficção não pode se contar a si mesma e não existe per se, o que situa a objetividade numa linha sempre apenas em tendência, pois a atividade e o envolvimento de quem narra se tornam primordiais. Com isso, a distância entre a história a ser contada e o ato próprio de contá-la se desfaz: pelos regimes da ficção, o ato de contar é parte da história que se conta, o que altera um dos princípios ordenadores básicos da narrativa, a causalidade (Leite, 1997: 72). As causas encadeadoras dos eventos já não residem apenas na história, na medida em que estão também em que as conta, entranhadas em seu ponto de vista.

Outro componente que se mostra sensível é o modo como se percebe e apreende o tempo e o espaço, que é sobremaneira determinado no discurso jornalístico dominante na atualidade. Sabemos que toda narrativa se elabora numa relação com o tempo. É o eixo temporal que dispõe discursivamente a sucessão cronológica dos eventos empíricos, da mesma forma que a descrição captura a espacialidade nos relatos. Ocorre que, mais especialmente nos jornais, mas também em boa parte dos magazines de circulação massiva, mantém-se uma camisa-de-força em torno do tempo da notícia, que a submete ao pontual imediato.

Em quaisquer relatos, o tempo narrado é necessariamente lógico-discursivo, explicitado pelo regime em que se usam os dêiticos temporais e pela sua modalização. No texto jornalístico, que se define comumente como o relato de uma mudança (o que o assemelha à própria definição de narrativa), ou seja, o relato de movimento temporal, predomina uma tipologia de dêiticos que vincula o texto não apenas a um tempo empírico e a uma idéia de sucessão temporal, como também a um referencial de imediatismo, uma experiência potencializada pela velocidade das transmissões ao vivo da TV e pela web. Essa tendência está implícita numa das definições clássicas do jornalismo, como relato atual sobre acontecimentos atuais. Phillip Schlessinger (1993: 178) aponta o que seria, a seu ver, uma relação fetichista dos jornalistas com o tempo, que teriam uma espécie de credo na instantaneidade dos relatos.

Walter Benjamin observava já em 1936 (e é preciso lembrar que se referia a uma tradição narrativa de raiz oral) que a notícia é estranha à narrativa, que uma e outra seguem regras diversas e muitas vezes opostas. A notícia, comparava ele, confere mais valor a um acontecimento temporal e espacialmente próximo, a narrativa habita o tempo e o espaço da memória. A notícia aspira a verificação imediata, "metade da narrativa está em evitar explicações" (Benjamin, 1992: 203). A notícia só tem valor enquanto é nova. "Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda e capaz de se desenvolver" (ibidem: 204). Sem criar nenhuma resistência ao advento da notícia, Benjamin apenas aponta, entre outras transformações nos relatos (algumas ocasionadas pela emergência do romance), para a sucessiva perda da qualidade da permanência temporal da narrativa.

Setenta anos depois, verifica-se que o jornalismo está cada vez mais suscetível a uma certa noção de velocidade e simultaneidade, expressa na necessidade de que, para haver interesse jornalístico, o tema precisa ter uma ancoragem na realidade mais imediata possível. No que tange ao espaço, a própria velocidade transformou a percepção de distância, por conta do processo acelerado de compressão tempo-espacial alimentado pelas tecnologias. Por isso, é possível dizer que, no jornalismo, a busca pela simultaneidade começa a condicionar e exaurir os relatos. Uma das conseqüências possíveis dessa exaustão é o desgaste no compartilhamento de experiências, cada vez mais padronizadas e simplificadas pela consonância dos noticiários, bem como a validação de uma compreensão limitada, porque pontual, dos encadeamentos e lapsos espaço-temporais.

Não se trata, nesse caso, de recusar a validade dos critérios seletivos da atualidade e do fatual. Todos precisamos de informação, e boa parte dela se justifica e esgota no fatual e no fugaz. Tampouco se defende um jornalismo de notícias velhas, embora uma pitada do paradoxo entre a notícia e o "velho" talvez tenha pertinência, uma vez que, mesmo com toda a sua importância e abrangência indiscutíveis, o jornalismo contemporâneo exhibe e instaura uma memória curta (veja-se Buitoni, 1990:182). Nele, aparece debilitado o espaço para uma temporalidade não pontual, não concebida como mera sucessão de pontos, que surgem e sucumbem sem interrupção. Os "fatos" aparecem içados para um certo estatuto de autonomia, como se existissem por si e não fossem resultantes nem de um recorte que se faz na realidade sensível, para assim torná-los relatáveis, nem de uma atribuição pré-estrutura de sentidos.

O que se revigora, isso sim, é a importância do papel que cumprem, dentro do conjunto dos relatos jornalísticos, aquelas experimentações textuais que lidam com outros modelos de temporalidade ficcional que não a do tempo linear concebido como sucessão de pontos (fatuais). Elas podem, conforme sua qualidade ou complexidade perceptiva, operar como ponto de tensão e dúvida diante da própria concepção de tempo e velocidade, tal como ela se formula e realiza no cotidiano. É provocador, a esse respeito, o ensaio em que Giorgio Agamben afirma que o modo de conceber e experimentar o tempo é um aspecto central de uma dada concepção de história. Ele diz que "[...] toda cultura é, primeiramente, uma certa experiência do tempo, e uma nova cultura não é possível sem uma transformação desta experiência" (Agamben, 2005: 111).

Se o tempo do jornalismo é o presente, talvez se possa, em vez de entender o presente como pontos de uma sucessão contínua, entendê-lo como lacuna, seguindo o conceito de Luisa Passerini (a partir de uma reflexão de Hannah Arendt): o presente como interrupção no ponto em que o ser humano se encontra e no qual ele precisa tomar posição contra o passado (que o empurra) e o futuro (que lhe barra o caminho). A lacuna do tempo presente, observa Passerini, "não é um intervalo, mas um campo de forças gerado pelo esforço do homem para pensar" (Passerini, 2005: 214). Se for assim, então a lacuna do tempo é um lugar para os relatos que tomam posição contra o passado e o futuro, relatos em que a verdade do testemunho empírico, com seus dados e seus vestígios, venha explicitamente articulada com a verdade reflexiva da ficção, que nada mais é que a disposição refeita, inteligível e partilhável dos signos.

Alguns jornais e revistas se mostram mais sensíveis que outros a essa experiência diferenciada do tempo como valor-notícia: mantêm uma brecha de escape diante do fetichismo do imediato e incluem em sua pauta relatos que parecem encarar o presente como lacuna. Na maioria dos grandes jornais e revistas brasileiros, contudo, essas inserções são cada vez mais raras e ocasionais. Seu tempo, pontual, não importa qual a temática, tende a se exaurir na rapidez, enquanto seus relatos se confundem no ruído tagarela (e emudecedor) da consonância da mídia. É preciso ainda concordar com Tomás Eloy Martínez, quando afirma que nem todos os repórteres sabem narrar e nem todas as notícias se prestam a ser narradas, mas o exercício talvez seja esse mesmo, o de procurar achar outras medidas.

1

Referências Bibliográficas

- ____ (1971). Introdução à análise estrutural da narrativa. In ____ et al. *Análise estrutural da narrativa* (trad. Maria Zélia Barbosa Pinto). Petrópolis, RJ: Vozes. p. 18-58.
- ____ (1990). Jornalismo: o tecido e o acontecido. *Revista USP*, junho, São Paulo, p. 175-182.
- AGAMBEN, G (2005). Tempo e história. Crítica do instante e do contínuo. In _____. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história* (trad. Henrique Búrigo). Belo Horizonte: Ed. UFMG. p. 109-128.
- BARTHES, R (1977). Estrutura do caso do dia. In _____. *Ensaio crítico* (trad. António Massano e Isabel Pascoal). Lisboa: 70. p. 263-276.
- BENJAMIN, W (1993). O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (trad. Sergio Paulo Rouanet). 5 ed. São Paulo: Brasiliense. p. 197-220.
- BROGAN, T. V. F (1993). Narrative poetry. In *The New Princeton Encyclopedia of Poetry and Poetics*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press. p. 814-818.

- BUITONI, D (2000). H. S. Entre o consumo rápido e a permanência: jornalismo de arte e cultura. In: MARTINS, M. H. (org.). *Outras leituras: literatura, televisão, jornalismo de arte e cultura, linguagem inteligente*. São Paulo: Itaú Cultural, 2000. Vol. 1, p. 55-72.
- FOUCAULT, M (1996). La trasfábula. In _____. *De lenguaje y literatura* (trad. Isidro Herrera Barquero). Barcelona: Paidós I.C.E./U.A.B. p. 213-221.
- GENETTE, G (1971). Fronteiras da narrativa. In BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa* (trad. Maria Zélia Barbosa Pinto). Petrópolis, RJ: Vozes. p.257-275.
- LEITE, L. C. M (1997). *O foco narrativo*. 8 ed. São Paulo: Ática.
- MARTÍNEZ, T. E. Crônica e reportagem: em busca de um jornalismo para o século XXI (tradução de José Meirelles Passos). Reprografia.
- PASSERINI, L (2005). A "lacuna" do presente. In FERREIRA, M. de M. & AMADO, J (org.). *Usos e abusos da história oral*. 6 ed. Rio de Janeiro: FGV. p.211-214.
- SCHLESSINGER, P (1993). Newsmen and their time machine. In TRAQUINA, N. (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. Lisboa: Vega.
- WHITE, H (2001). *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura* (trad. Alípio Correia de Franca Neto). 2a. ed. São Paulo: Edusp.